

ATUAÇÃO: DISCUSSÕES ATUAIS

ATUAÇÃO: CURRENT DISCUSSIONS

A edição número 35, volume 16, de dezembro de 2021 da *Atuação: Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense* traz 5 artigos que abordam diferentes áreas de atuação do Ministério Público. Constitucionalidade, criminal e infância e juventude são as áreas contempladas nesta edição.

O número inicia com o artigo “A inconstitucionalidade do inquérito n. 4.781 à luz de uma perspectiva democrática”, de **Mateus Côrte Vitória**, que discute a constitucionalidade do inquérito das fake news, conduzido pelo Ministro Alexandre de Moraes. O autor analisa possíveis vícios de inconstitucionalidade, com base em princípios que regem o sistema penal acusatório e sob uma perspectiva democrática.

No âmbito criminal, “O populismo penal: uma definição possível?”, de **Carlos Alberto da Silva Galdino**, propõe uma reflexão minuciosa sobre como se forma o populismo penal em democracias. O texto discute os problemas que, segundo o autor, esse movimento traz para o Direito Penal e para o próprio regime democrático.

Na sequência, o artigo “A possibilidade de o Ministério Público recorrer da decisão absolutória dos jurados pautada no quesito genérico de absolvição”, de **Gabriela Cavalheiro Locks**, aborda a alteração ocorrida no Código de Processo Penal, que determinou a existência de um quesito genérico de absolvição. A autora discorre sobre a possibilidade de o Ministério Público interpor apelação, refutando o que parece ser uma tentativa de diminuir o campo de atuação do Ministério Público na efetiva tutela da vida.

Ainda na área criminal, em “O excesso na legítima defesa em razão do medo, emoção ou surpresa”, **Barbara Machado Moura Fonseca** dedica-se ao complexo tema expresso no título do artigo. Por diferentes perspectivas, o trabalho aborda a situação jurídica daquele que se excede no exercício da legítima defesa, em razão da forte emoção provocada por uma agressão injusta.

Para encerrar este número da *Atuação*, **Juliana Eid Piva Bertoletti** trata da área da infância e juventude em “O acolhimento familiar como alternativa à

institucionalização de crianças e adolescentes: o serviço a partir do relato das experiências em municípios do Oeste catarinense”. O trabalho explora as vantagens do acolhimento familiar a fim de evitar possíveis traumas causados pela institucionalização precoce de crianças e adolescentes. A autora relata experiências desenvolvidas em Santa Catarina, estado que já tem certa tradição nesse tipo de medida de proteção.

Todos esses temas têm importante repercussão na sociedade brasileira e catarinense, assim como destacam o papel do Ministério Público na construção de uma sociedade mais justa, democrática e cidadã. A *Atuação* agradece a todos que contribuíram para a realização deste número. Desejamos a todos uma boa leitura!

Marcionei Mendes
Promotor de Justiça
Editor-responsável

Pareceristas que atuaram no volume 16, número 35, de dezembro de 2021

Analu Librelato Longo (Ministério Público de Santa Catarina – MPSC)
Andreas Eisele (Ministério Público de Santa Catarina – MPSC)
Antonia Espindola Longoni Klee (Universidade Federal de Pelotas – UFPEL)
Diego Prezzi Santos (Universidade Federal de Londrina – UEL)
Eloy Pereira Lemos Junior (Universidade de Itaúna – UIT)
Francieli Puntel Raminelli (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)
João Luiz Carvalho Botega (Ministério Público de Santa Catarina – MPSC)
Jonathan Cardoso Régis (Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI)
José Luiz de Moura Faleiros Júnior (Universidade de São Paulo – USP)
Luciano de Almeida Lima (Universidade FEEVALE)
Roberto Di Sena Junior (Ministério Público de Santa Catarina – MPSC)
Sonia Aparecida de Carvalho (Universidade de Passo Fundo – UPF)